



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: MEU GÊNERO NÃO ME DEFINE

Ana Beatriz Medeiros Ferreira¹

Resumo:

Neste artigo caminhamos dentro de um universo da educação inclusiva, que, para muitos, ainda tem um olhar para as pessoas com deficiências, mas a educação inclusiva tem um papel muito mais além. Ela vem nos mostrar a amplitude da palavra “inclusiva”, incluir, todos os marginalizados nesta sociedade excludente. Buscando dar visibilidade ao processo dos estudantes que são LGBTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) que são atores sociais normalmente preteridos. Procurando subsídios para uma reflexão, sobre o percurso desses estudantes no âmbito educacional e seu impacto social em meio das reviravoltas que se encontram as transformações que têm se aplicado às políticas públicas.

Palavras-chave: Educação inclusiva, homossexualidade; movimentos sociais; identidades coletivas

Abstract:

In this article we walk within a universe of inclusive education, which for many still has a look at people with disabilities, but inclusive education has a much more far-reaching role. It shows us the breadth of the word “inclusive”, including all the marginalized in this exclusionary society. Seeking to give visibility to the process of LGBTTT students (lesbian, gay, bisexual, transvestite and transgender) who are normally neglected social actors. Looking for subsidies for a reflection, on the path of these students in the educational field and its social impact amid the twists and turns that are the transformations that have been applied to public policies.

Keywords: Inclusive education, homosexuality; social movements; collective identities

Resumen:

En este artículo, caminamos dentro de un universo de educación inclusiva, que para muchos todavía tiene en cuenta a las personas con discapacidad, pero la educación inclusiva tiene un papel mucho más amplio. Se trata de mostrarnos la amplitud de la palabra "inclusivo", incluyendo a todos los marginados en esta sociedad excluyente. Tratando de dar visibilidad al proceso de estudiantes LGBT (lesbianas, gays, bisexuales, travestis y transexuales) que normalmente son actores sociales desatendidos. Buscando subsidios para una reflexión, en el camino de estos estudiantes en el campo educativo y su impacto social en medio de los giros y vueltas que son las transformaciones que se han aplicado a las políticas públicas.

Palabras clave: Educación Inclusiva, Homosexualidad; Movimientos Sociales; Identidades Colectivas

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo trazer uma reflexão sobre a inclusão escolar dos estudantes (LGBT), Lésbicas, gays, bissexuais e trans, assim como as questões de gêneros, e seu impacto em sala de aula. Além de pesquisar questões filosóficas, políticas e sociais, embarca em uma parte da história de movimentos LGBTs. Este trabalho científico tem como metodologia, a pesquisa bibliográfica como fontes: livros, artigos científicos, revistas científicas e e-books, teóricos como Teresa E. Moantoan, Foucault entre outros deram sua contribuição à este trabalho científico. Nesse sentido tem sua relevância à outros pesquisadores, pois essa pesquisa tem uma visão histórica metodológica da educação inclusiva e as questões da sexualidade no âmbito educacional, suas facilidades e entraves.

Diante do quadro da contemporaneidade, deveríamos ter maior abertura no que tange às questões de debate sobre sexualidade. As redes sociais, a mídia, os meios de comunicação de massa, internet, todos trazem informações que são de fácil acesso, porém no âmbito educacional, existe ainda um “tabu” no que diz respeito a esse tema. Onde geralmente se coloca como assunto pessoal, sem ter um envolvimento, como se os estudantes fossem assexuados, como se os indivíduos que estão dentro da escola não tivessem desejos e não tivessem prazeres, sujeitos à margem das práticas sociais. Segundo FACCHINI (2009 p.62), “As reivindicações do movimento têm se visibilizado a ponto de suscitarem projetos de lei em todos os níveis do Legislativo, assim como a formação de Frentes Parlamentares em âmbito nacional e estadual”. Ao ignorar o estudante como um ser que tem uma prática sexual, que tem um gênero e se ater apenas a passagem de um conteúdo pré-estabelecido, o professor nega o estudante como um ser integralizado. Tal docente acaba por não estar trabalhando o estudante de forma holística, negando o ser como um todo, vendo só a cognição. Porém a realidade é outra e estão cada vez mais visíveis estudantes que demonstram sua sexualidade, seu gênero, sua ideologia e cabe ao professor se adaptar e procurar adequar as novas gerações, onde uma grande maioria de estudantes não tem medo de se mostrar.

A Educação inclusiva está voltada para incluir a todos, somos todos diferentes, independente de capacidades, cor, raça, orientação sexual ou definição de gênero. A educação é para todos tal como está preconizado na Constituição (BRASIL, 1990) e em diversas leis, que legitimam o direito a uma educação de qualidade e equidade social a todo indivíduo.

2. METODOLOGIA



Trata-se de uma pesquisa integrativa buscando sintetizar o conhecimento sobre um determinado assunto. Neste caso, para condução da revisão de literatura, o presente estudo apresentou uma abordagem em cima do assunto: Educação Inclusiva e Grupos LGBT.

A pesquisa foi realizada a partir do levantamento bibliográfico de literatura publicada a partir do ano 2000. Foi feita uma seleção da literatura de artigos, livros, periódicos e teses publicados na língua portuguesa em base de dados *Scielo* e *Scholar Google*. Para a busca da literatura foram utilizadas quatro palavras chaves “Movimentos Sociais”, “Educação Inclusiva”, “Identidades Coletivas” e “Homossexualidade”.

Após a seleção da literatura foram aproveitados doze artigos e três livros para elaboração do presente artigo.

3 DISCURSOS SOBRE SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR.

A prática docente é, por várias vezes, repensada no que tange a discursos de sexualidade no âmbito escolar, pois hoje já existe uma quebra de paradigmas ao se falar de orientação sexual e identidade de gênero. Como tais temas costumam ser evitados e pouco discutidos a verticalização no tema torna-se dificultada, pois ainda é considerado um “tabu” por muitos no meio social e até mesmo pela unidade de ensino. Segundo FACCHINI (2009), a noção de comunidade, que é cara ao movimento LGBT, se dá pelo fortalecimento da visibilidade e do mercado próprio ao público. Todavia, no Brasil, os movimentos ainda estão tomando força, mas, em um período ainda muito recente, esta “fala” ainda se deixava a desejar em vários aspectos:

Durante o século XX, a categoria “homossexual” popularizou-se, chegando ao senso comum. Não podemos dizer, porém, que as classificações médicas e/ou legais foram simplesmente transpostas para a população em geral, que as adotou prontamente. Todo o processo relativo à categorização de um “comportamento homossexual” foi permeado, desde então, por conflitos com categorias locais e por apropriações e traduções dessas classificações. Nessa direção, o movimento homossexual não pode deixar de ser visto como um dos atores sociais que disputam o sentido do termo. (FACHINNI 2009, p.58)

Na década de oitenta com o movimento gay, teve a busca de uma troca de percepção de que os homossexuais eram pessoas estranhas, exóticas, enquanto apenas os heterossexuais considerados como normais e que inspiravam respeito. O objetivo desse movimento era



segundo GARMSON (2006), resgatar a subjetividade gay ou lésbica negada através da história. Em busca de seus direitos civis esses movimentos contribuíram de maneira bastante efetiva e direta. Segundo NETO (2007) o indivíduo homossexual seria uma variação natural da sexualidade humana, assim como a diversidade étnica, desse modo gays e lésbicas teriam a mesma vivência, tanto no passado como no presente, independente do momento cultural vivenciado da sociedade e o histórico.

No caso de uma justiça popular, não há três elementos; há as massas e os seus inimigos. Em seguida, as massas, quando reconhecem em alguém um inimigo, quando decidem castigar esse inimigo – ou reeducá-lo – não se referem a uma idéia universal abstrata de justiça, referem-se somente à sua própria experiência, à dos danos que sofreram, da maneira como foram lesadas, como foram oprimidas. Enfim, a decisão delas não é uma decisão de autoridade, quer dizer, elas não se apoiam em um aparelho de Estado que tem a capacidade de impor decisões. Elas as executam pura e simplesmente. (FOUCAULT, 1984, p 27)

Diante de todo este quadro histórico, ao voltarmos para as distorções dentro da escola muito está por ser feito, na atual conjuntura estamos diante de um quadro político pedagógico bastante delicado.

Em começos dos anos 2000 amplia-se o leque de partidos que têm se aproximado da temática LGBT e de setoriais, das ações de políticas públicas e parlamentares e das candidaturas que se organizam a partir de vários partidos. Essa mudança provavelmente vem sendo operada de modo mais significativo a partir da retomada do regime democrático. (FACCHINI 2009, p.62)

Existe, entretanto, uma parcela significativa de políticos em diversas esferas de poder, que advogam contra uma pluralidade de ideias.

4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: EDUCAÇÃO NÃO TEM IDENTIDADE DE GÊNERO.

Segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1990) a educação é um direito que deve ser concedido de forma universal. Todos devem ter acesso a ela. Entendendo a educação como uma forma de transformar os espaços temos o pensamento de MOANTOAN que diz:

E inegável que os velhos paradigmas da modernidade estão sendo contestados e que o conhecimento, matéria-prima da educação escolar, está passando por uma reinterpretação. As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos. (MOANTOAN 2003, p.12)



Existe uma população, de baixa renda familiar, que se depara com uma situação de pobreza econômica e intelectual. Segundo a fala de SOARES (2010, pag. 208) temos a ideia que: “Da mesma forma, utilizam-se da garantia do direito social da propriedade para alcançar a proteção de posições jurídico-subjetivas de natureza pública no âmbito da seguridade social”.

A educação inclusiva está voltada para uma ação, onde a escola atenda a todos, como está na Constituição de 1988 (BRASIL, 1990) e na LDB, na lei de diretrizes de base. Compreende a educação não só aos “ditos” normais. Todo o indivíduo é diferente do outro, ninguém é igual, cada pessoa tem sua especificidade e dentro da sua especificidade respeitar as especificidades do outro. A globalização e a emergência das mídias digitais faz com que as políticas públicas relacionadas à inserção do público LGBT aconteça em maior escala.

Nesse sentido, políticas inclusivas começam no âmbito tradicional dos estados nacionais, deles não se podendo eximir sob o risco de tornarem-se figuras abstratas e sem efetividade. Mas elas só fazem sentido pleno em um mundo globalizado, no qual se possa realizar a essência da humanidade, pondo ênfase no que é comum à espécie humana, em que a superioridade axiológica da humanidade vista ut genus sobreponha-se a uma vista dos países uti singuli. Essa tomada de posição traz à lembrança algumas posições assumidas por intelectuais e organismos que pensaram a humanidade dessa perspectiva. (CURY, 2005, p 12)

Encontramos uma realidade em que alguns estudantes se encontram com baixa autoestima, e sofrem preconceito em seu meio, tanto familiar quanto social. Ao pensarmos no âmbito educacional, nos deparamos com uma realidade bastante crítica, na qual os estudantes passam por diversas dificuldades, muitos, por sua sexualidade, são discriminados, marginalizados, postos em condições extremas de rejeição e não suportam. Isto faz com que eles acabem saindo do âmbito escolar, sendo mais um nas estatísticas de evasão escolar, estatística essa que não faz distinção de gênero e sexualidade, ficando assim invisíveis. Já que estamos tratando de jovens para entrar neste debate podemos pensar no que MACEDO, GOIBBI e WASchburgeri (2009) trazem: A ressignificação da identidade. O adolescente já deixou a infância, não mais cabe a ele as atitudes de criança. Não mais cabe a irresponsabilidade, mas também não cabe a adultez (OLIVEIRA, 2006). Desta forma a evasão ganha certa forma, mas não há formas em números, há apenas as estatísticas que podem ser entendidas apenas se examinadas a fundo e como diria Mello:

“Um olhar mais detido sobre o fenômeno recente da multiplicação de iniciativas estaduais e municipais voltadas para o combate à evasão escolar de travestis e transexuais talvez seja ilustrativo dessa falta de articulação entre as ações implementadas nas distintas esferas de governo.” (MELLO, 2012, p.114)

Há caminhos longos a ser percorrido quando falamos de justiça social e principalmente para aquelas pessoas em situações de risco e vulnerabilidade, mas existe algumas iniciativas de políticas públicas voltadas para os estudantes LGBTs.

Não restam dúvidas, porém, de que investigar processos sociais, políticos, culturais e econômicos em curso – no presente e em tempo real – é um desafio que nos coloca diante dos limites e das fragilidades do olhar de pesquisadoras e dos questionamentos acerca de nossa capacidade de compreender os fenômenos sociais em toda sua complexidade, dinamicidade, intangibilidade e porosidade. Isso é particularmente relevante quando se observa o grande número de iniciativas isoladas, relativas à proteção de direitos de pessoas LGBT, que têm sido propostas pelo Poder Executivo, nos três níveis de governo, o que torna praticamente impossível manter um mapeamento atualizado. Talvez o exemplo mais emblemático seja o do crescente número de portarias,... O caráter fragmentado dessas iniciativas, cujo alcance às vezes se restringe a áreas específicas como saúde, educação ou assistência social, explícita como as demandas da população LGBT têm encontrado acolhida crescente por parte da administração pública, ao mesmo tempo em que ainda não são objeto de políticas públicas mais organicamente articuladas e de alcance nacional. Esse exemplo talvez seja a melhor expressão de como, em face da ausência de uma legislação federal que explicitamente assegure direitos civis para a população LGBT, o movimento social tem encontrado alternativas, ainda que parciais e de alcance limitado, recorrendo ao apoio de governadoras, prefeitas, secretárias de governo e gestoras públicas sensíveis às suas demandas. (MELLO, 2016, p.410,411)

Um costume que pode ser visto em diversas instituições de ensino é que quando o aluno atinge certo limite de má-conduta, este é levado para uma orientação pedagógica ao passo que fica entendido como alguém que não é tolerado, um proscrito. Segundo FOUCAULT, em seu livro Vigiar e Punir (1999, p.78) “Para o povo que aí está e olha, sempre existe mesmo na mais extremada vingança do soberano, pretexto para uma revanche”.

“o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física” .(FOUCAULT 1999,p.29)

A uniformidade vem de um padrão, e este padrão é quebrado quando se encontram pessoas com pensamentos distintos dentro da instituição. Logo toda a má-conduta que recai por sobre o LGBT é, antes de tudo, um reflexo de uma conduta geral e heteronormativa. Pois, segundo FOUCAULT (1984), o poder faz com que aqueles que não o possuem tenham que se sujeitar às normas dos que o possuem. Fazendo com que aquilo que não é da maioria seja amoral e fora das normas das instituições.

Diante de alguns fatores que são implícitos em diversas situações nos faz repensar em nossas prisões ocultas, que nos oprime e nos reprime diante de uma sociedade cruel e preconceituosa, essa dita regras e se não cumpridas nos leva a uma marginalidade, o diferente causa estranheza em todos os sentidos.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de todos os artigos levantados temos a imagem de que o público LGBT acaba como proscrito no meio escolar apesar de todas as leis serem contrárias ao fato, a lei do Poder que circula a sociedade faz com que os sujeitos tenham que docilizar seus corpos em detrimento de sua vontade.

O adolescente que vive toda uma plethora de mudanças, físicas (OLIVEIRA, 2006) e psíquicas (MACEDO, GOBBI, WASCHBURGERI, 2009). Precisa se individualizar, precisa mostrar a si mesmo e ao mundo que é, de alguma forma, singular. Dito isto temos a mudança hormonal da idade somada com o local social que é a escola, que causa diversas necessidades. Muitas delas, sociais. Muitas delas, uma busca por ser alguém individualizado e autônomo (OLIVEIRA, 2006).

E o peso dessa individualidade num ambiente heteronormativo é a exclusão. Aquele que é preterido e posto de lado por não se enquadrar numa possibilidade limitada de modos existentes para ser único, fazendo com que essa individualidade não seja tão individual assim.

A escola surge nesse meio como uma forma de balancear os poderes. Tendo que ressignificar o papel dela mesma como não apenas um lugar para passagem de informação, mas como um local que prima a socialização, e que tem no professor um agente de mudança, como diria ROMERO (2015), o professor deve assumir um papel para além do de transmissor de conhecimento, mas um agente integrador e integrativo. Alguém que faz com que os pesos

das forças dos Poderes (FOUCAULT, 1984) seja balanceado por uma presença que transfere capacidade de reação à minoria.

6. CONCLUSÃO

Os corpos estranhos, diferentes que sofrem preconceitos que causam uma dor pungente. A educação inclusiva vem quebrar paradigmas, mostrando que todos somos diferentes. Analisar a educação inclusiva através de um referencial humano é muito importante, a existência do patamar filosófico aonde vai além do senso comum, rompe com ideias pré-estabelecidas sobre o assunto, concepções superadas. Somos diferentes através dessa diferença nos tornamos iguais, a luta de movimentos LGBTs para melhores condições de dignidade, justiça social e educação, são aspectos positivos de tomada de consciência, surgir as políticas públicas com leis que legitimam esses direitos.

REFERENCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

Cury , C. R. J. , **Políticas Inclusivas e Compensatórias na Educação Básica**, Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica e Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais crcury.br@terra.com.br, 2005

Facchini R., França, I. L., **De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento lgbt brasileiro**. Revista latino americana ,Sexualidad, Salud y Sociedad , n 3, 2009

Foucault, M. I Hhlll **Microfísica do poder** / Michel Foucault; organização e tradução de Roberto Machado. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 4~ ed. 1984.

Foucault, M. F86v **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1999. 288p.

Gamson, J. (2006). **As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa**. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. (pp. 345- 362). Porto Alegre: Artmed/Bookman.

MACEDO, M. M. K.; GOBBI, A. S.; WASCHBURGERI, E.M. P. Marcas corporais na adolescência: (im)possibilidades de simbolização. **Psicol. rev.**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 90-105, abr. 2009 .

Mantoan. M. T. E. **Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer?** — São Paulo : Moderna , 2003. — (Coleção cotidiano escolar)

Mello, L.; Freitas, F.; Pedrosa, C.; Brito, W. Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 6, n. 07, 26 nov. 2012.

Mello, L., Brito, W., & Maroja, D. (2016). **Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades.** *Cadernos Pagu*, (39), 403-429. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645062>

Neto, O. A. L. (UFSCar) **A Teoria Queer e as sexualidades no contexto brasileiro: desafios teórico metodológicos.** 2007- Caxambu, MG.

OLIVEIRA, M.C. S. L. Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 11, n. 2, p. 427-436, Ago. 2006.

Soares, D. de A. .**O direito fundamental à educação e a teoria do não retrocesso social.** *Revista de Informação Legislativa Brasília* · ano 47 · nº 186 ·P. 298, abril/junho · 2010

ROMERO, P. **Breve estudo sobre Lev Vygotsky e o sociointeracionismo.** 2015. Disponível em: <<http://educacaopublica.cederj.edu.br/revista/artigos/breve-estudo-sobre-lev-vygotsky-e-o-sociointeracionismo>>.